



Prefeitos apelam por multas mais brandas

Gestores municipais estão recorrendo à Assembleia Legislativa para que as multas aplicadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) sejam mais brandas. Comissão vai discutir o tema durante a próxima semana.

Pág. 03

O DIA

Teresina, Sábado, 21 de Novembro de 2015

Política Página 3

Projeto de lei

Alepi faz nova reunião para tratar de redução de multas a prefeitos

Na próxima semana, Alepi reunirá membros do TCE e APPM para tratar de elaboração de normas para a aplicabilidade de multas a gestores por irregularidades

Robert Pedrosa
Repórter

Na próxima semana, integrantes da Associação Piauiense dos Municípios (APPM) estarão na Assembleia Legislativa para definir o projeto de lei que visa reduzir e tornar mais claro os critérios das multas emitidas pelo Tribunal de Contas do Estado contra os prefeitos. A entidade alega que o TCE tem um poder discricionário (livre) para aplicar multas aos gestores, e isso tem prejudicado os prefeitos.

O procurador-geral da APPM, João Deusdete de Carvalho, alega que a atual norma adotada pelo TCE para aplicar multas aos prefeitos é muito gravosa. Na maioria dos casos, segundo Deusdete, o prefeito é multado por mera questão de formalidade. "São meras omissões formais próprias de uma burocracia completa. O Exercício do mandato de prefeitos exige isso. Há uma complexidade enorme

burocrática. O TCE tem discricionariedade em relação a essas multas. Fica muito a critério do conselheiro relator propor um nível de multa", critica.

Deusdete enfatiza que a falta de um critério claro o prefeito fica numa situação difícil porque ele não sabe realmente o que implica em termos de recursos uma omissão de formalidade.

"Há casos de atraso de contas, em que o município mandou o documento pela internet, mas o arquivo não chegou ao destino no prazo, acredito pelas dificuldades de acesso à internet que vários municípios possuem. E aí o prefeito acabou sendo multado", reclama o procurador. As multas, segundo o TCE, podem chegar a até 15 mil UFIRs (o equivalente a quase R\$ 40 mil) e é aplicada ao próprio prefeito, e não ao Município.

"Nós defendemos uma definição. Se o prefeito descumpriu norma X, que a multa seja A; se descumpriu

norma Y, que a multa seja B. Não podemos ficar à concepção do próprio relator", comenta Deusdete.

O conselheiro Jackson Veras, que representou o TCE na última reunião ocorrida na Alepi para discutir o assunto, diz que os conselheiros não aplicam multas de forma aleatória. "Todas são baseadas na Lei 5.888/2009 (Lei Orgânica do TCE), em que são definidos os casos em que as multas são aplicadas", afirma o conselheiro.

Jackson Veras ressalta ainda que os gestores que se sentem prejudicados podem recorrer ao próprio TCE, que reconhece quando há exageros. "A multa por atraso de entrega de prestação de contas tem um valor fixado por cada dia de atraso. Quando o gestor demorava vários dias, a multa aplicada era muito alta. Mas, ao perceber que os valores estavam muito altos, nós resolvemos estabelecer um teto para essas multas", explica.



Procurador-geral da APPM, João Deusdete alega que não há regras na aplicação de multas aos gestores

Elas Fontes: O DIA

Domingo

Teresina, 22 de novembro de 2015



DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.

 **WhatsApp**
(86) 98121-9514
Não esqueça de se identificar.

■ PRIVATIZAÇÃO

Deputado teme irregularidades na Saúde

O deputado estadual Rubem Martins (PSB) alertou sobre a privatização da saúde pública no Piauí. Ele denunciou que o modelo de implantação de Organizações Sociais (OS) nos hospitais público do Estado é o mesmo utilizado pelo Maranhão, que já levou à prisão de 12 pessoas. Segundo o parlamentar, esse modelo é ilegal e ele diz temer por uma possível prisão do secretário de Saúde do Piauí, Francisco Costa.

Rubem Martins citou o exemplo do Hospital Regional Justino Luz, em Picos, que passará a ser administrado por uma OS. De acordo com o parlamentar, a

direção do hospital e os funcionários temem por complicações futuras com a Justiça, já que o próprio Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) e a Justiça se manifestaram contra a medida. “É lamentável que mesmo com isso o governador ainda queira insistir na privatização da saúde”, declarou.

De acordo com o modelo que será implantado no Estado, os recursos do Fundo Nacional de Saúde serão repassados para a OS, que fará a administração do hospital. Rubem disse que com isso, o secretário de Saúde do Estado corre sérios riscos de no futuro ter problemas com a Justiça.

“Ele pode ser preso da mesma forma como ocorre com essas pessoas no Maranhão. É uma questão de tempo que um escândalo como o de lá ocorra aqui. Chama atenção porque ele é um jovem médico, colocado na secretaria de uma forma surpreendente. O secretário era prefeito e foi reeleito e abandonou o município para ser secretário de saúde do Piauí. Ele tem pouca experiência e pode sem querer participar de um esquema desses. O tratamento que o Piauí vem dando a saúde é idêntico ao que foi feito no Maranhão”, declarou.

O governador Wellington Dias (PT) defende o modelo de OS para gerir a saúde pública no Estado. Segundo ele, haverá uma melhoria na qualidade do atendimento prestado à população do interior do Estado, evitam os deslocamentos para a capital. Ele afirma que depois de Picos, outras cidades deverão passar pelo mesmo processo.

“Esse é o modelo que vem sendo adotado em vários Estados e tem dado certo. Não existe privatização. É como se ocorresse a terceirização da saúde pública”, disse. *(com informações do O Olho)*



Manchete: 3h26
Ponto: 17h49
Máximo: 33°
Mínimo: 24°

CAPITAL E INTERIOR: R\$ 2,50
OUTROS ESTADOS: R\$ 3,00

JORNAL meionorte

ANO XX - Nº 8522 - TERESINA (PI), SEGUNDA-FEIRA, 23 DE NOVEMBRO DE 2015



AUDIÊNCIA

A proposta orçamentária encaminhada pelo Executivo para 2016 voltará a centralizar as ações na Assembleia Legislativa na próxima quarta-feira (25)

Orçamento retorna à pauta na Assembleia Legislativa

FRANCY TEIXEIRA
PARA POLÍTICA & JUSTIÇA

Após a audiência pública realizada na última semana com a participação dos Poderes, a proposta orçamentária encaminhada pelo Executivo para 2016 voltará a centralizar as ações na Assembleia Legislativa na próxima quarta-feira (25); data em que será conduzida uma nova reunião na Comissão de Fiscalização, Controle e Finanças, presidida pela deputada estadual e relatora do projeto, Liziê Coelho (PTB), ensejando a discussão com os membros para o encaminhamento das pautas. O tema gera o esforço de todos os entes, de modo que seja aprovada a melhor configuração possível. "A pedido dos deputados marcamos uma nova reunião para dar andamento ao trabalho, ainda tem as discussões envolvendo a saúde, segurança. Todo ano é assim, há essa negociação e é o que vamos fazer daqui pra frente, a Comissão está aqui para traba-



FONTELES destacou importância do diálogo no processo e o papel do Legislativo

lhar", disse a parlamentar.

Apesar dos empecilhos, o Governo do Estado demonstrou estar aberto a negociações, desde que as mudanças respeitem os limites abarcados e não prejudiquem o equilíbrio financeiro do Piauí, assim, uma das possibilidades é o remanejamento de recursos, prospectando uma distribuição justa e condizente com as

necessidades de cada órgão.

"Entregamos a proposta de 3,75%, temos uma proposta de orçamento ainda muito otimista, ao contrário de outros entes que reduziram o repasse nominal para os Poderes, nós optamos por não fazer um orçamento deficitário, a realidade de 2015 com o projetado em 2014 houve uma frustração de receitas, o Executivo ar-

Apesar dos empecilhos, o Governo do Estado demonstrou estar aberto a negociações

cou com essa diferença para não comprometer os órgãos", explicou o secretário de Planejamento, Antônio Neto.

Tal detalhamento foi abarcado também pelo secretário de Fazenda, Rafael Fontelles, que explicou a importância do diálogo no processo e o importante papel do Legislativo. "O remanejamento é totalmente possível, desde que os deputados se convençam que pasta A ou pasta B cabe mais recursos, esse é o trabalho que está sendo feito agora, a peça inicial vai ser ajustada", impôs.

Com o período de recesso parlamentar, a previsão é que a consolidação da divisão dos recursos seja firmada até o dia 22 de dezembro.



LÍDER EM CREDIBILIDADE

O DIA

R\$ 3,50
NACIONAL R\$ 5,00
Ano 64 // Nº 18.243

TERESINA, SEGUNDA, 23 DE NOVEMBRO DE 2015

Gestão

Francisco Costa diz que contratação de OS era necessária para hospital de Picos

O secretário de Estado da Saúde, Francisco Costa, rebateu as críticas que vem recebendo da oposição do Governo na Assembleia Legislativa sobre a contratação de uma Organização Social (OS) para gerir o Hospital Regional Justino Luz, em Picos. O gestor reafirmou convicção na implantação do novo modelo de gestão naquela unidade, que atende apenas por 39% de sua capacidade em ofertar serviços de saúde para aproximadamente 500 mil habitantes daquela região.

“Reafirmo que a decisão de contratação de OS para gerir o Justino Luz se deu por perceber que há décadas, no modelo de administração direta, a população se deparava com uma unidade sem resolutividade satisfatória e uma oferta diminuta de serviços, muito aquém da sua capacidade instalada, embora gestores experientes tenham conduzido a Sesapi e o Hospital Regional Justino Luz, nesse período”, disse o secretário.

Outro ponto destacado pelo gestor é a transpa-

rência e legalidade no processo de contratação, regidos pelas leis estadual e federal, 5.519/05 e 9.637/98, respectivamente. “Todo processo foi feito conforme legislação que regulamentam o processo, sendo ainda atenciosamente avaliado e ajustado ao longo de sua construção, pela PGE (Procuradoria Geral do Estado) e CGE (Controladoria Geral do Estado)”, enfatiza.

Duramente criticado, Costa demonstra tranquilidade e espera que os órgãos de controle acompanhem e

fiscalizem a atuação da OS. “Não estou fazendo aventura, não colocaria em risco à população, nem mesmo colocaria em prática qualquer ato que viabilizasse desvio de recurso público. A gestão, assim como a fiscalização e monitoramento são garantidos, assegurando liberdade aos órgãos de controle para que, em tempo real, monitore o contrato, como Assembleia, Ministério Público Federal, TCE. Temos total convicção da necessidade de uma rigorosa fiscalização”.

(Robert Pedrosa)



Criam as próprias leis - 23/11/2015 às 09h05

TCE vai julgar se prefeito pode aumentar o próprio salário e de forma retroativa

 Curtir  Tweet  G+  Compartilhar  

Nesta terça-feira(24), às 9h, será realizada mais uma sessão da 1ª Câmara Especializada do Tribunal de Contas do Estado. [PAUTA](#)

Dentre os processos que serão julgados está a análise se um gestor municipal pode aumentar o próprio salário e de forma retroativa.

Através de parecer, o Ministério Público de Contas votou contra esses tipos de reajustes que tem acontecido no Piauí. O STF já decidiu que esses aumentos devem obedecer ao princípio da anterioridade. Ou seja, a remuneração de prefeito, vice-prefeito e de vereadores será fixada pela Câmara Municipal, para a legislatura subsequente (CF, [art. 29](#), V).

Publicado Por: Aquiles Nairó